

Carta aos que nos apoiaram

Nossa gestão hoje se conclui, assim como se encerra hoje nossa participação na AJD. Essa carta tem a finalidade de agradecer e apresentar as razões dessa decisão.

Nossos desafios foram intensos.

A disputa claramente política que determinou posturas agressivas evidenciadas já na primeira assembleia da qual participamos na sede da associação em São Paulo, revelou que ingressávamos em um momento interno bastante exigente.

O problema de saúde que impediu um colega conselheiro de permanecer naquele encontro (e mesmo na composição do conselho), foi interpretado como abandono e não faltaram vozes a julgar nossa conduta a partir daí, como consequência da ausência de um homem que validasse nossos entendimentos.

A pauta, naquela primeira assembleia, era a entrega de uma carta ao preso político Luiz Inácio Lula da Silva. A divergência, que não pode ser debatida com urbanidade, porque permeada por gritos e interrupções de fala, era a viabilidade de uma posição de apoio explícito, por parte de uma entidade de juízas e juízes. Exigiu-se a obediência inquestionável às ordens de colegas que acreditavam deter a verdade única acerca do que foi estabelecido na tumultuada assembleia de São Paulo. Apesar de todos os registros e atitudes concretizadas, seguiram-se acusações de que negávamos o lawfare ou mesmo a condição de prisão política do ex-presidente Lula. Algo absolutamente falso.

A partir de então, convivemos com a publicização de mensagens privadas, chegando ao cúmulo de utilizarem-se de uma foto da presidenta, postando-a no grupo de whatsapp como uma espécie de prova de que estava contrariada durante o ato político realizado em Curitiba.

A tentativa, claramente frustrada, de composição de chapa única com colegas, cuja visão de mundo e, especialmente, a noção de respeito e urbanidade, são diametralmente diversas, não perdurou. Resolvida a questão do apoio integral ao preso político Luiz Inácio Lula da Silva, fomos surpreendidas com a renúncia coletiva de 4 membros, aderida por uma quinta membra do conselho, **que já havia renunciado**, mas que **voltou atrás em sua renúncia** para “aderir” àquela coletiva. A partir daí, criou-se a retórica de que seriam necessárias novas eleições.

O mito do autoritarismo das mulheres do conselho ganhou força, afinal, na falsa retórica construída, cinco colegas haviam renunciado. O que não se disse, foi que a alegação de renúncia em

razão da intransigência nas deliberações se contrapõe ao fato - registrado nas atas de reuniões até então realizadas - de que todos votavam, mesmo os suplentes, e de que as questões nas quais havia divergência acabaram por resultar decisões que atendiam, justamente, a opinião dos colegas que renunciaram. **Colegas que na composição havida formavam maioria no conselho**, diga-se de passagem.

Contrapõe-se, também, à realidade de que a renúncia de uma única representante do conselho implicaria, supostamente, sob a lógica do "inimigo interno", o receio de não deter mais o domínio sobre o resultado das deliberações, pois estávamos então em oito conselheiros, quatro dos quais invariavelmente tensionavam as reuniões, e "fechavam questão" para que as decisões fossem aquelas por eles desejadas.

A deslealdade da carta de renúncia subscrita por cinco colegas, quando todos ali sabiam que deles, apenas quatro haviam "combinado" a saída coletiva, enquanto a quinta conselheira já havia renunciado na manhã do mesmo dia, e a evidência da manobra para forjar um discurso que levasse o conselho executivo a renunciar ou a chamar novas eleições, foi um divisor de águas em nossa gestão.

A partir desse momento, algumas pessoas exigiram nossa renúncia, acreditando que, com isso, estariam "resgatando" a AJD "autêntica", "verdadeira" e "original", assim reconhecida por um grupo de "notáveis". Chegou-se ao ponto de ser sugerida uma "triagem" na entidade, "uma espécie de ame-a ou deixe-a" (sic) em que aqueles não validados por "ex-presidentes históricos" (sic) deveriam ser excluídos da entidade, da "AJD dos sonhos".

O que até então parecia apenas divergência quanto à forma de atuação política da AJD revelou-se como atitude de má-fé, verdadeira militância para fazer a gestão fracassar, o que não se coaduna com a prática associativa, nem com a empatia e o senso de humanidade que supostamente anima as ações coletivas em uma entidade como a nossa.

A narrativa da inviabilidade do prosseguimento da gestão persistiu, mas a ela não sucumbimos. Restamos quatro mulheres, uma das quais, em decorrência da fragilidade de nossa pseudo democracia, precisou se desfiliar da AJD. Permanecemos em três mulheres. Uma de nós vivenciou a gestação e a maternidade durante o mandato. Emília trouxe ao conselho a Elis, a quarta conselheira, nascida durante a pandemia e desde então presença necessária em nossas reuniões e encontros.

A maternidade vivida durante nossa gestão também nos trouxe aprendizagens dolorosas. O horário das reuniões abertas do conselho foi questionado. Quando explicamos essa escolha como forma de viabilizar a necessária participação de Emília (sem a qual não

poderíamos deliberar), em razão do pouco tempo de vida (e por consequência da necessidade de cuidado e atenção) de Elis, recebemos como resposta: "repensem esse horário, em favor do coletivo"; "é vergonhosa a realização de reuniões de juízes em horário de trabalho".

O que vivenciamos não foi episódio típico das dificuldades de uma atuação coletiva. Uma associação de juízas e juízes "para a democracia" não pode ter espaço para práticas de misoginia e de desrespeito à maternidade, dessa profundidade. Atitudes - é bom que se registre - que não causaram reação ou estranhamento por parte de quem as presenciou, o que impede a conclusão de que se tratou de algo isolado.

Antes que a pandemia nos impedisse o contato físico, mais uma assembleia foi realizada, durante o encontro em Natal. Nela, um dos colegas chegou a propor a dissolução da mesa, por compreender que as três mulheres eleitas não poderiam conduzir a assembleia, sugerindo expressamente que não teríamos isenção nem capacidade para tanto. Essa também foi uma atitude injustificável, presenciada pela coletividade de associadas e associados presentes, sem estranhamento ou indignação. Ao contrário, foi necessário ler os termos do estatuto para que a questão fosse considerada superada. E depois disso, houve quem sugerisse que nas próximas assembleias passássemos a condução para outros colegas, como forma de "nos preservarmos".

O fato de que essa postura, inédita na AJD, revele machismo, desrespeito e contradição com a literalidade do estatuto da associação, não foi sequer considerado.

É importante ainda registrar, especialmente para o(a)s colegas que lá não estiveram, que ao final daquela reunião, a "assembleia soberana" **alterou o edital de convocação, cassando o voto remoto, alterando as condições de participação**, sem nenhuma preocupação em relação aos que acreditaram que valeria o que estava previamente estabelecido no edital. Mais uma vez, ficou evidente o pressuposto aceito pela maioria do(a)s associado(a)s lá presentes, de desonestidade do conselho "remanescente" ou "em, frangalhos" como fomos seguidamente referidas pelos opositores da gestão.

Aliás, naquela mesma assembleia - que durou mais de cinco horas sem que Emília, grávida, pudesse se afastar para fazer uma refeição, porque havia desconfiança até mesmo com a redação da ata - decidimos apenas a alteração da contribuição associativa, de R\$ 70,00 para R\$ 100,00. A maior parte do tempo foi despendida com questões de ordem, ofensas e relatos magoados sobre a falta de carisma ou convívio das conselheiras com alguns colegas. Está tudo registrado em ata e se aqui recordamos a assembleia de Natal, é apenas para fazer o

registro de que **esse foi o episódio mais violento pelo qual já passamos em nossas vidas profissionais e associativas.**

Não se trata de algo natural ou aceitável em um ambiente coletivo. Assim como não é natural a ofensa pessoal que interdita qualquer possibilidade de debate, de que fomos alvo nesses dois anos.

Ainda assim, nos mantivemos firmes e durante a integralidade da gestão não houve uma só vez em que fosse necessário votar. Sempre houve consenso entre nós três, mesmo quando as provocações eram feitas com mensagens individuais ou manobras para que supostamente nos dividíssemos. Todas as decisões foram partilhadas e os argumentos contrapostos respeitados.

É por isso que podemos afirmar hoje, com alegria, que a gestão na AJD também foi a maior e mais profunda experiência de sororidade pela qual já passamos. Nossa amizade não justificou os consensos; foi o trabalho associativo e o reconhecimento de táticas de divisão e distorção de discursos que nos fortaleceu e nos uniu, criando uma amizade que certamente levaremos para a vida.

As críticas construtivas foram ouvidas e assimiladas. Fizemos várias correções de rumo, o que não serviu para que o mito das três mulheres autoritárias se dissipasse, revelando a presença bastante impressionante de misoginia entre nós. Chegou-se ao ponto de criticar determinada atuação do conselho (formado exclusivamente por mulheres), perguntando "*quem era o pai da criança*" ou publicizando crítica "*aos dirigentes*", em um reforço do discurso patriarcal que tanto combatemos nesses trinta anos de existência.

O grupo de WhatsApp nacional, que em tempo pretérito servia para trocarmos ideias, discutirmos argumentos, tornou-se tóxico. As agressões pessoais ali registradas acabaram provocando várias saídas desse espaço virtual e muitas desfiliações. Em uma oportunidade, a veiculação de mensagem logo apagada pela colega, sugeria aproveitar o envolvimento do conselho com a resistência contra o afastamento da presidenta para o exercício da gestão, para, segundo as palavras da colega, "*pautar a porra toda*"(sic).

O afastamento obtido por decisão colegiada do TRT4, que elevou a AJD ao patamar reconhecido a todas as demais entidades de classe, foi garantido por liminar do STF, após ser questionado pelo TCU. A liminar, sem motivo aparente, foi revogada. O revés sofrido pela associação foi motivo de comemoração interna, por parte de alguns colegas, através de mensagens veiculadas em grupo de whatsapp e mesmo em chat de debate público, no qual afirmou-se que a AJD não é entidade de classe e que "*quem pensa diferente deve desfiliar-se*", o que uma vez mais nos fez refletir sobre qual seria a relação base que nos define enquanto grupo, além da nossa atividade profissional e, pois, da

nossa classe. E qual o sentido de permanecer em uma associação na qual a própria discussão sobre sua natureza é interdita de modo autoritário.

Após uma assembleia virtual realizada para discutir a possibilidade de diálogo interno e as reiteradas agressões perpetradas no ambiente virtual do whatsapp, deliberou-se que o conselho deveria deixar o grupo. Uma vez mais, fomos acusadas de autoritárias, embora tenhamos mantido contato em grupos regionais, em grupo criado para ampliar a participação dos núcleos na gestão da AJD, e, claro, diretamente através de nossos contatos telefônicos. Ambientes nos quais muitas vezes tivemos nossos pedidos de participação solenemente ignorados pelas pessoas que seguiam insistindo no argumento da falta de democracia interna. As mesmas pessoas que assinaram e veicularam notas e artigos contra o conselho, criaram documentos sobre o futuro da AJD sem a participação do conselho, homenagearam associada sem conversar/incluir o conselho, criaram espaços de atividades excluindo o conselho.

Se nos mantivemos firmes, foi porque aos nossos pedidos de participação nas lives, nos podcasts, nas entrevistas, **vocês corresponderam**, ajudando-nos a construir uma produção incrível, em que **a AJD se fez presente em praticamente todos os temas/debates relevantes** - que não são poucos. Foram 60 programas de podcast, inúmeras lives, entrevistas, notas, reuniões, atuações jurídicas e políticas, artigos, que marcaram uma posição firme e comprometida com a democracia.

Todos os desafios externos de um período tão exigente, que só pudemos enfrentar porque **vocês estavam conosco**, não são comparáveis aos desafios internos, ditados por uma lógica mesquinha, quase infantil, marcada por tantos pequenos episódios de desgaste desnecessário, que não merecem sequer serem referidos aqui.

O ritual perverso de desconstituição de tudo o que falávamos ou fazíamos, exercido com resistência tenaz por algumas pessoas que fazem parte da história da associação, culminou com um fato que merece registro. No último mês de nossa gestão, após um ano de envolvimento, trabalho e afeto para a criação de um livro de memórias da AJD, em comemoração aos 30 anos de existência, tivemos como resposta, por parte de alguns colegas, mais atitudes desleais. A inconformidade com declarações colhidas de associados e reproduzidas no livro justificou publicação de matéria expondo as conselheiras e a própria associação, sob uma lógica de conduta que em nada se assemelha ao associativismo.

Como se não bastasse, o encontro virtual para a celebração dos nossos 30 anos de existência como coletivo, foi antecipado por

outro, paralelo, concebido sem a participação ou o diálogo com o conselho, numa espécie de concorrência interna que também não guarda relação com a prática associativa.

Críticas, divergência e absenteísmos em uma associação que reúne tantas e tão diversas pessoas constituem uma realidade aceitável. Sabemos disso. Vivenciamos outras experiências coletivas.

O que nos motiva à desfiliação e à publicização de nossas razões nesta carta, portanto, não é a inconformidade com tais práticas.

O que não aceitamos é a agressão gratuita, é a distorção do que é dito, é a exposição pública de questões internas, é o boicote desonesto, é a falta de educação e de ética. É a exigência de canais de comunicação e espaços privilegiados, para certa(o)s associads(o)s, em detrimento da coletividade que representamos nesses dois anos. Uma exigência que entra em rota de colisão com a retórica da busca por mais democracia. É, por fim, o machismo, o culto personalista e a prática de atuação pautada pela lógica do inimigo interno.

Essa carta tem a finalidade de fazer o registro histórico de fatos que não são próprios da vivência associativa. Ao contrário, revelam um adoecimento social que exige uma revisão interna, um exame profundo e comprometido de quem somos e do que queremos enquanto membras e membros de uma coletividade específica.

Nosso inimigo é outro. Dissemos isso por dois anos. E por dois anos dedicamos nossa energia, nosso tempo, nossa força intelectual, para fazer da AJD uma associação reconhecida, cujas redes sociais são acessadas, cuja opinião tornou-se cada vez mais relevante, em um cenário de constantes e profundos ataques aos direitos sociais, à dignidade das pessoas encarceradas, a quem vive do trabalho, a quem é vítima de violência de gênero. Estivemos em inúmeros coletivos, fizemos debates, cursos, podcasts sobre temas fundamentais. E é certo que a força e a participação de vocês em toda essa trajetória foi fundamental. Não teríamos conseguido. Não teríamos resistido.

Chegamos ao final desta gestão com o **apoio de vocês**, com essa construção coletiva. E sinceramente desejamos que a AJD resista e supere suas adversidades. A construção coletiva é sem dúvida fundamental, mas só faz sentido se for possível respirar e o convívio desses dois últimos anos na AJD, infelizmente, nos deixou sem ar.

A decisão não foi fácil e nos causa profunda tristeza.

É, porém necessária, pois em tempos sombrios como o que vivemos, os espaços coletivos precisam, mais do que nunca, fazer sentido.

Certamente nos encontraremos em outras trincheiras, pois seguiremos defendendo direitos humanos, lutando por um judiciário

radicalmente democrático, decolonial, anticapitalista, antirracista e antimachista.

Obrigada pelo apoio, pela partilha, pela potência do que fomos juntas e juntos nesses dois anos.

Abraços afetuosos!

Valdete, Daniela e Emília
São Paulo, 28 de maio de 2021